



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

AUSTERIDADE FISCAL, POLITICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS PARA UMA ANALISE CRITICA

FELIPE VINICIUS MENDONCA DA SILVA¹

MAYÉWE ELYÊNIA ALVES DOS SANTOS²

ÁUREA LUANA MORAES GONÇALVES³

ANA PAULA BEZERRA GONÇALVES⁴

RESUMO

O artigo analisa, a partir da teoria social crítica, os impactos das políticas de austeridade fiscal no Brasil, com foco no desmonte das políticas de assistência e previdência social e os desafios enfrentados pelo Serviço Social na garantia de direitos. As medidas fiscais não são neutras, mas partem de uma estratégia do capital para reestruturar as relações sociais em favor da classe dominante, pondo ao Serviço Social o desafio de resistir, comprometendo-se com uma prática crítica e emancipatória.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Austeridade Fiscal, Serviço Social.

ABSTRACT

The article analyzes, based on critical social theory, the impacts of fiscal austerity policies in Brazil, focusing on the dismantling of assistance and social security policies and the challenges faced by Social Services in guaranteeing rights. Fiscal measures are not neutral, but part of a capital strategy

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

to restructure social relations in favor of the dominant class, posing to Social Services the challenge of resisting, committing to a critical and emancipatory practice.

Palabras clave: Neoliberalismo, Austeridad Fiscal, Trabajo Social.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o avanço das políticas neoliberais tem redefinido profundamente o cenário econômico e social global. O neoliberalismo, fundamentado na defesa de mercados livres, privatizações e redução do papel do Estado na economia, emergiu como uma ideologia dominante, influenciando diretamente a forma como os governos estruturam suas políticas públicas. No Brasil, essa influência se fez sentir de maneira intensa a partir da década de 1990, com a adoção de políticas de austeridade fiscal como resposta a crises econômicas e às demandas de organismos financeiros internacionais.

As medidas de austeridade fiscal, embora apresentadas como necessárias para promover a estabilidade econômica e fiscal, têm tido impactos profundos nas políticas sociais. Os cortes orçamentários têm atingido áreas cruciais como saúde, educação e assistência social, comprometendo não apenas a expansão e a qualidade desses serviços, mas também ampliando as desigualdades sociais. Grupos menos favorecidos, como os mais pobres, mulheres, crianças e idosos, frequentemente dependem desses serviços públicos para acessar direitos básicos e enfrentam os efeitos mais severos da redução de investimentos.

No contexto específico do Serviço Social, os profissionais têm enfrentado desafios crescentes. A precarização das condições de trabalho, o aumento da demanda por serviços e a redução de recursos disponíveis têm colocado à profissão barreiras concretas para efetivação de seus objetivos.

Assim, este artigo se propõe a analisar, a partir do método crítico-dialético, os impactos das políticas neoliberais, especialmente as medidas de austeridade fiscal, sobre as políticas sociais no Brasil, com foco nas políticas de assistência e previdência social. A partir dessa análise, busca-se compreender as implicações para o campo do Serviço Social, examinando as tensões entre a lógica de mercado, a responsabilidade do Estado na promoção do bem-estar social e a necessidade urgente de garantir direitos sociais universais e equitativos. Ao fazê-lo, pretende-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contribuir para o debate sobre as alternativas políticas e sociais que possam enfrentar os desafios impostos pelo neoliberalismo.

Importa salientar que este estudo é fruto de reflexões desenvolvidas na graduação em Serviço Social, especificamente junto às disciplinas de política social e seguridade social, bem como nos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

2 As políticas de austeridade fiscal e suas implicações nas políticas sociais brasileiras: assistência social e previdência social em questão.

As propostas de políticas sociais planejadas a partir do modelo keynesianismo-fordista buscou garantir direitos sociais e maior intervenção estatal em resposta à Crise de 1929 e ao liberalismo. Porém, o papel do Estado como regulador das relações econômicas e sociais é questionado pelos neoliberais na consecução da crise de 1970, os quais defendem a mínima intervenção estatal e maximização da autorregulação do mercado.

Assim, tornaram-se amplas as críticas ao Estado social, atribuindo-o as responsabilidades pelo endividamento estatal, que teve como resultado reformas do Estado, tornando-o, cada vez mais, subordinado aos ditames do mercado. Portanto, os anos que seguiram 1980 foram de expansão do mercado capitalista em sua fase monopolista.

Na Europa ocorreu o aumento do desemprego; no Leste Europeu e na América Latina — que nos anos de 1970 apresentaram resistência à implementação do ajuste fiscal —, a crise se desencadeou nos anos 1980, com mais agressividade; e o milagre japonês, que seguia firme, chega ao esgotamento nos anos 1990, do século XX (Souza e Santos, 2020 *apud* Pereira, 1997).

Esses países precisavam se fortalecer, cada um com suas particularidades e desigualdades entre as economias. Nos países da América Latina, um elemento importante a ser sinalizado foi a instalação de empresas internacionais a partir da redução de tributos para o grande capital, cuja ação se deu em nome das orientações dos organismos financeiros internacionais através do Consenso de Washington. É nesse contexto que se dá início às políticas de austeridade fiscal nos países de capitalismo periférico

No contexto brasileiro, a introdução desse ideário apresenta particularidades muito específicas. O Brasil não vivenciou o Welfare State, apenas uma tentativa de ampliação do Estado social com a Constituição Federal de 1988, mas que encontrou muitas resistências na sua operacionalização a partir dos anos 1990.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir da década de 1990, as ideias neoliberais ganharam força no país, defendendo ajuste fiscal, privatizações e reduções na intervenção estatal, alegando a necessidade de diminuir os gastos públicos. Ou seja, “a construção de um arcabouço legal de controle das finanças públicas durante as décadas de 1980 e 1990, institucionalizando a política de austeridade no Brasil” (Freixo e Costa, 2021).

“Austeridade” não é um termo de origem econômica, a palavra tem origens na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários. O discurso moderno da austeridade ainda carrega essa carga moral e transpõe, sem adequadas mediações, essas supostas virtudes do indivíduo para o plano público, personificando, atribuindo características humanas ao governo (Dweck et al, 2018, p. 17 apud Rossi et al, 2022, p. 06)

A austeridade é muito importante para a lógica do neoliberalismo, pois age como uma estratégia em busca de ajuste econômico para controlar os gastos do orçamento público, permitindo reduzir a dívida pública e evitar déficits fiscais. Logo, enxergam a austeridade fiscal como necessária em momentos de crise econômica e aumento da dívida. Assim, austeridade tornou-se parte integrante da política econômica brasileira, enfrentando entraves políticos e limitando a capacidade de implementação de políticas sociais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma das medidas que podem ser citadas como exemplos dessa política de austeridade entre nós. Além disso, surgiu em 1994 a desvinculação de receitas da união, nesse primeiro momento intitulada de Fundo Social de Emergência (FSE). Após isso, esse mecanismo foi prorrogado, com algumas alterações, com o nome de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e, atualmente, Desvinculação de Receitas da União (DRU), a qual retira 30% do orçamento da Seguridade Social para formar superávit primário.

Durante o governo de Michel Temer foi implementada a EC 95/2016 que congela os investimentos públicos primários por 20 anos, isto é, os investimentos necessários à manutenção e expansão das políticas sociais. “Por conseguinte, uma medida de ajuste fiscal que atende à lógica imposta pelo consenso neoliberal” (MARIANO, 2017). Muito criticada pelos movimentos e cientistas sociais, essa política não atingiu os objetivos e, em 2023, foi substituída pelo Novo Arcabouço Fiscal (NAF) sob a Lei Complementar N° 200/2023.

O NAF foi resultado de um acordo do governo para aprovação da EC Nº 126/2022 no período de transição para o novo governo, a qual previa um Projeto de Lei complementar voltado ao estabelecimento de um regime fiscal sustentável.

É necessário salientar que esse novo regime fiscal não apresenta mudanças importantes no que tange às despesas afetadas pelo regime anterior, ou seja, permanecem as mesmas implicações nas políticas sociais e proteção ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Assim preconiza o artigo primeiro, parágrafo segundo da lei: “política fiscal da União deve ser conduzida de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios, garantindo a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas” (Brasil, 2023).

Diante disso, é possível vislumbrar que o NAF vai na contramão da ampliação das políticas sociais, tendo em vista que se propõe a controlar e até mesmo inibir a expansão dos gastos sociais. Ou seja, a reconstrução do estado social, tão defendido na campanha eleitoral de Lula, é algo impossível dentro dessa lógica de austeridade fiscal permanente.

A política de ajuste fiscal foi estruturada somente para o controle das despesas públicas, principalmente, os gastos sociais que serão restringidos com as novas regras. Com isso, o outro lado da política fiscal, que são as receitas governamentais não foram tratadas na LC 200/2023, perdendo assim uma oportunidade de fazer minimamente justiça fiscal na arrecadação tributária: com o fim da isenção do IR nos rendimentos recebidos, como lucros e dividendos; a extinção dos juros sobre capital próprio¹⁰; a regulamentação dos impostos sobre grandes fortunas, entre outras possibilidades que permitiriam o aumento das receitas primárias do governo (Salvador, 2024, p. 15).

Juntamente a desestruturação das políticas sociais, se acentua o retrocesso das conquistas alcançadas pelos movimentos sociais, pois o desmonte da seguridade social e o ataque aos serviços públicos aumentam as desigualdades socioeconômicas. Esse contexto de austeridade fiscal propiciam a privatização das políticas sociais, promovendo programas sociais focalizados e seletivos.

Diante de todas essas políticas de ajuste fiscal, ocorre uma redução na oferta das políticas sociais, especialmente as de seguridade social. No caso da política de Assistência Social, que possui uma relação direta com ações destinadas para o progresso do trabalho, os impactos sociais de seu desfinanciamento ou subfinanciamento são muito grandes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Apesar das contradições impostas às políticas sociais em uma sociedade capitalista, a concessão e efetivação de direitos sociais dependem do máximo desempenhado desses programas. O atendimento, muitas vezes imediato das necessidades básicas, como alimentação, enxoval para recém-nascidos, aluguel social e auxílio funeral, é essencial na política de assistência social para lidar com a pobreza, desigualdade social, desemprego e trabalho desprotegido (Silva, 2023).

O orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi reduzido em mais de 50% entre 2016 e 2020, de acordo com dados do Ministério da Cidadania (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021). Essa redução orçamentária resultou na descontinuação de diversos programas e serviços essenciais, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que são fundamentais para o atendimento das famílias em situação de risco.

De acordo com Mandu e Azevedo (2024), ao longo dos últimos anos, observa-se um desfinanciamento da Assistência Social como parte de uma estratégia político-ideológica de desestruturação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e que o NAF não recuperará os recursos perdidos desde 2016.

No que tange à previdência social, essa política vem enfrentando na contemporaneidade várias contrarreformas, a exemplo da ocorrida em 2019, a partir da qual essa política passou agora a ter um aumento no tempo de contribuição, elevando assim a expectativa de vida dos trabalhadores, alterações nos cálculos das contribuições, que passa a estabelecer uma média salarial considerando todos os anos de serviço e não mais considerando apenas os últimos anos de contribuição. E por fim, a revisão dos regimes especiais, que podemos citar os policiais e os professores.

Essas medidas têm como objetivo gerar a sustentabilidade financeira, mas sabemos que ela foi utilizada como uma medida de atender os interesses da classe dominante, sendo oposição ao povo atingindo essa política instituída para assegurá-lo:

No que se refere à Seguridade Social, ocorreram significativas alterações, entre elas: a extinção do ministério da Previdência Social, sendo o INSS transferido para o novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; a transferência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev para o Ministério da Fazenda, sob o comando do ministro Henrique Meirelles, ex- presidente do Banco Central nos dois mandatos do governo Lula e representante legítimo do capital financeiro, evidenciando a subsunção dos direitos sociais da maioria da população aos interesses do grande capital. É

nesse governo que a ferocidade do capital se expressa com maior avidez e ódio de classe!
(Castilho et al, 2017, p. 458-459).

Nesse contexto, a ferocidade do capital se manifesta com maior intensidade, refletindo um ódio de classe que se materializa na precarização dos direitos sociais. A reforma da Previdência, ao invés de promover justiça social, aprofundou as desigualdades, comprometendo o futuro daqueles que dependem da proteção social para garantir uma vida digna. A crítica a esse processo é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, onde os direitos sociais não sejam subordinados ao lucro, mas sim, assegurados a todos os cidadãos (Cintra, 2020).

Nesse cenário, torna-se evidente que as mudanças implementadas na Previdência Social não apenas colocaram em risco a segurança financeira de milhões de trabalhadores, mas também reforçaram as barreiras que os grupos menos favorecidos enfrentam para acessar seus direitos básicos. A reforma previdenciária de 2019, embora apresentada como uma solução necessária para a sustentabilidade do sistema, ignorou as desigualdades estruturais que permeiam o mercado de trabalho brasileiro.

As novas regras impostas pela reforma dificultam ainda mais o acesso à aposentadoria para aqueles que possuem carreiras marcadas pela informalidade, intermitência ou baixos salários, como é o caso de muitos trabalhadores rurais, mulheres, negros e pessoas de baixa escolaridade. Esses grupos, historicamente marginalizados, veem-se agora diante de um cenário ainda mais adverso, no qual a aposentadoria, que já era um direito difícil de ser conquistado, torna-se quase inatingível.

Além disso, a alteração no cálculo das contribuições, que passou a considerar toda a vida laboral do trabalhador, penaliza aqueles que tiveram longos períodos de desemprego ou que, em algum momento, receberam salários mais baixos. Isso acentua a desigualdade entre trabalhadores de diferentes faixas de renda, uma vez que aqueles com carreiras mais estáveis e salários mais altos conseguem assegurar uma aposentadoria mais vantajosa, enquanto os mais pobres veem sua renda previdenciária diminuir significativamente (Dias, 2024).

A transferência do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e de outros órgãos relacionados à Previdência para o Ministério da Fazenda sob o comando de representantes do capital financeiro também sinaliza uma mudança na prioridade do governo, que passa a tratar a proteção social como uma questão secundária em relação ao ajuste fiscal e à satisfação dos interesses econômicos das elites. Essa mudança de enfoque reflete uma lógica que privilegia o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capital em detrimento das necessidades básicas da população, especialmente daqueles que mais dependem do Estado para garantir uma vida minimamente digna.

Nesse contexto, os grupos menos favorecidos são duplamente penalizados: por um lado, enfrentam as dificuldades impostas pela precariedade do mercado de trabalho e pela informalidade; por outro, veem suas chances de acesso a uma aposentadoria digna cada vez mais distantes. A reforma da Previdência, ao invés de atuar como um mecanismo de proteção, se transforma em uma ferramenta de exclusão, que aprofunda as desigualdades e empurra milhões de brasileiros para uma velhice marcada pela insegurança e pela falta de recursos.

3 Desafios para o Campo do Serviço Social diante das Políticas de Austeridade: Garantia de Direitos e Intervenção Crítica

As políticas de austeridade implementadas no Brasil nas últimas décadas têm imposto significativos desafios ao campo do Serviço Social. Este tópico explora os desafios, enfocando a garantia de direitos e a necessidade de intervenção crítica dos profissionais da área. Para isso, utiliza-se a análise de autores renomados como Elaine Behring e Evilasio Salvador, cujas contribuições são cruciais para a compreensão desse contexto.

O Serviço Social, como profissão comprometida com a promoção da justiça social e a garantia de direitos, encontra-se em uma posição particularmente desafiadora frente às políticas de austeridade. Essas políticas, frequentemente implementadas sob a justificativa de ajuste fiscal e controle de gastos públicos, têm impactado diretamente as condições de vida das populações menos favorecidas e a capacidade de intervenção dos assistentes sociais.

As políticas de austeridade, ao imporem cortes severos no orçamento destinado a áreas sociais, têm desafiado de maneira profunda a atuação dos assistentes sociais no Brasil. A redução dos recursos disponíveis para programas de saúde, educação e assistência social tem levado a um aumento significativo na demanda por políticas sociais, enquanto os meios para atender a essa demanda se tornam cada vez mais escassos. Isso cria uma tensão entre a necessidade crescente de assistência e a capacidade limitada de fornecê-la, pressionando os profissionais a buscarem formas criativas e eficientes de utilizar os poucos recursos disponíveis.

Além disso, a precarização do trabalho dos próprios assistentes sociais é outro desafio importante decorrente das políticas de austeridade. Com a redução dos investimentos públicos, muitos desses profissionais enfrentam condições de trabalho adversas, incluindo salários baixos, sobrecarga de trabalho e falta de infraestrutura adequada. Essa situação não só dificulta a

prestação de serviços de qualidade, mas também pode levar ao desgaste físico e emocional dos assistentes sociais, comprometendo ainda mais sua capacidade de intervenção.

Os cortes orçamentários nas políticas sociais não só reduzem a capacidade do Estado de fornecer serviços essenciais, mas também agravam as condições de vida das populações mais pobres. Com menos recursos, programas que visam combater a pobreza, promover a inclusão social e garantir direitos básicos enfrentam dificuldades para manter suas operações. O impacto dessas medidas é profundo e prolongado, aumentando a desigualdade e a exclusão social. Diante desse cenário, a atuação crítica e a mobilização dos assistentes sociais tornam-se ainda mais essenciais para a defesa dos direitos e a promoção da justiça social.

A austeridade fiscal tem exacerbado a precariedade das condições de vida das camadas mais pobres da população. Os cortes orçamentários em saúde, educação, e assistência social têm levado ao aumento da desigualdade social. Evilásio Salvador destaca que "as políticas de austeridade não apenas enfraquecem os direitos sociais, mas também reforçam um modelo econômico que privilegia o capital em detrimento do trabalho e da justiça social" (Salvador, 2017, p. 45).

Um dos principais desafios para os assistentes sociais é a luta pela garantia de direitos em um contexto de retração das políticas sociais. A austeridade impõe limites severos à atuação dos profissionais, que enfrentam a redução de recursos e de programas sociais. Nesse cenário, a defesa dos direitos dos usuários dos serviços sociais torna-se ainda mais urgente e complexa.

A intervenção crítica é fundamental para o Serviço Social. Behring enfatiza a necessidade de "um posicionamento ético-político que não apenas denuncie as injustiças e desigualdades, mas que também proponha alternativas de resistência e transformação social" (Behring, 2018, p. 32). Os assistentes sociais devem, portanto, atuar como agentes de mudança, promovendo práticas que desafiem as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade.

A formação e capacitação contínua dos assistentes sociais são essenciais para enfrentar os desafios impostos pela austeridade. É crucial que os currículos acadêmicos incluam uma análise crítica das políticas econômicas e sociais, preparando os futuros profissionais para atuarem em contextos adversos. Salvador sugere que "a formação deve ser orientada pela perspectiva crítica, capacitando os profissionais para a análise das políticas públicas e para a intervenção propositiva" (Salvador, 2017, p. 50).

Os desafios impostos pelas políticas de austeridade ao campo do Serviço Social são numerosos e complexos. No entanto, a atuação crítica e a defesa intransigente dos direitos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais são caminhos possíveis e necessários para enfrentar essas adversidades. Como apontam Behring e Salvador, é preciso um compromisso contínuo com a justiça social e a transformação das estruturas que perpetuam a desigualdade e a exclusão.

4 Conclusão

A partir da análise dos impactos das políticas de austeridade fiscal no contexto do neoliberalismo, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, fica evidente que essas medidas não são neutras, mas parte de uma estratégia do capital para reestruturar as relações sociais em favor da classe dominante. O desmonte das políticas de assistência e previdência social revela a intensificação da exploração dos trabalhadores, especialmente os menos favorecidos, ao transferir o custo da crise capitalista para as classes populares.

Essa realidade expõe a natureza estrutural das desigualdades sociais no capitalismo e a funcionalidade das políticas neoliberais para a manutenção do poder das elites econômicas. Para o Serviço Social, o desafio está em resistir a essa ofensiva, comprometendo-se com uma prática crítica e emancipatória que defenda a ampliação dos direitos sociais e denuncie as contradições do sistema, reafirmando o papel central da luta de classes na transformação social.

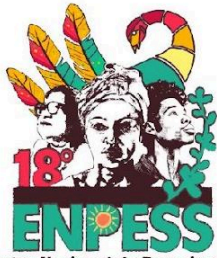
5 Referências

ASSUMPÇÃO, Izadora Moraes. **Os impactos da reforma da previdência na vida das mulheres**. Monografia (Bacharelado em Direito). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Goiânia, p. 39. 2020.

BEHRING, Elaine. **Políticas sociais**: o debate no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Lei complementar nº 200**. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório de Política Habitacional**. Brasília, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DIAS, Lucas Ignacio. **O IMPACTO DA FILTRAGEM ESTRUTURAL NAS PLATAFORMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E CRÍTICAS.** Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social, v. 11, n. 1, 2024.

FREIXO, Alessandra Soares; COSTA, Rafael. **Trajetória da austeridade fiscal no Brasil: a institucionalização do neoliberalismo.** 13 maio 2021. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/crise-yanomami-evidencia-descaso-com-a-assistencia-em-saude-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório de Análise Econômica.** Brasília, 2022.

MANDUA, Janaina Alves Monteiro; AZEVEDO, Nilo Lima de. **Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 147(2), e-6628375, 2024.

MARIANO, C. M. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre.** Revista de Investigações Constitucionais, v. 4, n. 1, p. 259, 16 fev. 2017.

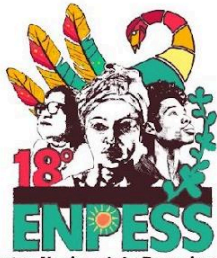
MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório Anual de Assistência Social.** Brasília, 2021.

ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; DWECK, Esther. **Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil.** Educação & Sociedade, v. 40, 2019.

SALVADOR, Evilásio. **O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais.** In: Argumentum, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

SALVADOR, Evilásio. **Políticas de austeridade e a luta pelos direitos sociais.** Brasília: UnB, 2017.

SILVA, Mossicleia Mendes da. **Assistência social no ajuste fiscal: pandemia e gestão da força de trabalho.** Revista Katálysis, v. 26, p. 139–148, 13 fev. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SOUZA, Jedna Santos de; SANTOS, Sara do Nascimento. **Neoliberalismo e políticas sociais.**
Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL.
Maceió, p. 57. 2020.